

P.N. 8735/2020
PROCOLO
11/103/2020
Eunice 3375
RECEBIDO
16:40

GCM

ENCAMINHADO AO PREFEITO

GCM

ENCAMINHADO AO PREFEITO



**SINDICATO
PRAIA GRANDE**

SINDICATO DOS TRABALHADORES MUNICIPAIS
DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

P. 28793/2020

PROTOCOLO
11 103 12020
<i>Adriano L. da Silva</i> 33 ps
RECEBIDO

16:40

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR ALBERTO PEREIRA MOURÃO-
PREFEITO MUNICIPAL DA ESTANCIA BALNEARIA DA PREFEITURA
MUNICIPAL DA ESTANCIA BALNEARIA DE PRAIA GRANDE.**

**O SINDICATO DOS TRABALHADORES MUNICIPAIS DA ESTÂNCIA
BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE**, com sede e foro nesta cidade, à Av. Brasil,
nº600 – 9º andar, bairro: Boqueirão, cidade: Praia Grande/SP, inscrita no CNPJ
nº 600158980001-01 representa neste ato por seu presidente, Sr. **Adriano
Roberto Lopes da Silva**, brasileiro, união estável, funcionário público
municipal, portador do RG: 23.870.618-7 e CPF: 251.225.528-00, residente e
domiciliado como pessoa jurídica ao mesmo endereço citado acima, venho por
meio deste, solicitar de vossa administração expor e requerer o quanto segue:

A presente pretensão versa sobre as peculiaridades dos serviços
prestados pelos servidores guardas civis municipais.



SINDICATO PRAIA GRANDE

SINDICATO DOS TRABALHADORES MUNICIPAIS
DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

CLAUSULA - AUXILIO MANUTENÇÃO DOS UNIFORMES:

A municipalidade pagará a título de auxílio manutenção dos uniformes, o valor mensal de R\$ 200,00 para fazer frente as despesas com manutenção e higienização dos uniformes de todos os servidores da guarda municipal

A prefeitura Municipal de Guarujá fornece auxílio uniforme mensal no valor de R\$ 160,00

Artigo 27 da Lei Complementar 602/ 2011 - O Poder Executivo poderá, de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras:

II - conceder, sem qualquer incorporação ao vencimento ou remuneração dos beneficiados:

a) auxílio pecuniário mensal destinado à aquisição e manutenção do uniforme aos membros da corporação, conforme estabelecido no Decreto regulamentador.

CLAUSULA - VALE REFEIÇÃO:

Será concedido pela municipalidade mensalmente e de forma gratuita, auxílio refeição destinada a alimentação do trabalhador durante a jornada de trabalho na forma de cartão refeição, inclusive no período de férias, e demais interrupções e suspensões no contrato de trabalho no valor diário de R\$ 20,00 por dia trabalhado, ficando assegurado o mínimo de 22 dias, inclusive nos dias de trabalho extraordinários em domingos feriadados, plantões, plantões/escalas extras, nas férias e demais interrupções do contrato de trabalho.

Adriano Roberto da Silva
Presidente



SINDICATO PRAIA GRANDE

SINDICATO DOS TRABALHADORES MUNICIPAIS
DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

PARÁGRAFO UNICO- O fornecimento do auxílio refeição não terá natureza salarial, nem se integrará na remuneração do trabalhador, nos termos da Lei nº 6.321/76, de 14 de abril de 1976 e de seu Regulamento nº 78.676, de 8 de novembro de 1976.

A prefeitura Municipal de Santos fornece vale refeição em 2019, no valor de R\$ 456,94.

Artigo 27 da Lei Complementar 602/ 2011 - O Poder Executivo poderá, de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras:

II - conceder, sem qualquer incorporação ao vencimento ou remuneração dos beneficiados: b) vale refeição aos servidores que estiverem cumprindo jornada especial de trabalho, limitado a 1 (um) vale refeição por plantão, incluído o plantão extra ou excepcional.

CLAUSULA – BENEFICIOS NA OPERAÇÃO VERÃO:

A municipalidade disponibilizará durante todo o período de operação verão, os mesmos benefícios concedidos a Policia Militar como **água potável, refeição in natura, local especifico com cobertura para os servidores contra o sol excessivo e intempéries do tempo, local especifico com cobertura para estacionamento das viaturas, transporte através de onibus para deslocamento ida e volta.**

CLAUSULA - ADICIONAL PARA DIRIGIR VIATURAS, BASE MOVEL E MOTOCICLETAS;

Adriano Roberto L. da Silva
Presidente



SINDICATO PRAIA GRANDE

SINDICATO DOS TRABALHADORES MUNICIPAIS
DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

A municipalidade pagará mensalmente adicional de 30% sobre os vencimentos para os trabalhadores que no desempenho das atividades dirigirem viaturas, base móvel, e motocicletas.

CLAUSULA – HORAS EXTRAS:

A municipalidade pagará como horas extras acrescido do adicional de 50% sobre a hora normal, para as horas trabalhadas em jornada extraordinárias além da jornada limite e das horas não gozadas de intervalo para alimentação.

PARAGRAFO PRIMEIRO: As horas extras devem incidir sobre o salário do cargo ocupado pelo servidor.

PARAGRAFO SEGUNDO: O limite de horas extras mensais passará para 120 horas.

CLAUSULA- VALE UNIFORME:

Regulamentação e descrição do tipo de farda e instituição do valor para compra do vale uniforme.

CLAUSULA; GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE E PRODUTIVIDADE E GRATIFICAÇÃO DE REGIME ESPECIAL DE TRABALHO.

Fica terminantemente vedado a supressão e o desconto na gratificação de atividade e produtividade e gratificação de regime especial de trabalho, em decorrência de licença médica.

CLAUSULA- REVOGAÇÃO DE DETERMINADOS ARTIGOS DA LEI 602/11.

Adriano Roberto L. da Silva
Presidente



SINDICATO PRAIA GRANDE

SINDICATO DOS TRABALHADORES MUNICIPAIS
DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

A revogação do artigo 21, parágrafo 2 , alínea b e d e parágrafo 3 , artigo 22 I, II, II e parágrafo unico e artigo 23 I, II, III, IV,V,VI parágrafo 7, 8 e 9 da lei 602/11.

A revogação do parágrafo 3 e 4 do artigo 12 da Lei 602/11 que diz sobre a impossibilidade de promoção a critério da administração.

A revogação da Lei 602/2011 que impõe sanções e regulamentos disciplinares de natureza militar conforme artigo 14 da Lei 13.022/2014.

CLAUSULA- DOMINGOS E FERIADOS:

A jornada de doze horas de trabalho por trinta e seis de descanso fica assegurada a remuneração em dobro dos domingos e feriados trabalhado

Súmula nº 444 do TST

JORNADA DE TRABALHO. NORMA COLETIVA. LEI. ESCALA DE 12 POR 36.VALIDADE

É válida, em caráter excepcional, a jornada de doze horas de trabalho por trinta e seis de descanso, prevista em lei ou ajustada exclusivamente mediante acordo coletivo de trabalho ou convenção coletiva de trabalho, assegurada a remuneração em dobro dos feriados trabalhados

CLAUSULA - DO RECONHECIMENTO DA APOSENTADORIA ESPECIAL AOS GUARDAS MUNICIPAIS

O referido pedido foi objeto da pauta de reivindicação e visa a criação de lei específica que reconheça aposentadoria especial aos GCM, bem

Adriano Roberto
Presidente
Silva



SINDICATO PRAIA GRANDE

SINDICATO DOS TRABALHADORES MUNICIPAIS
DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

como determine o desmembramento do percentual do GAP relativo ao adicional de periculosidade, evitando o ajuizamento de ação em defesa dos interesses dos trabalhadores integrantes da categoria profissional, requer o deferimento deste pedido, conforme abaixo:

Art. 25. Em razão da natureza da atividade e da forma da prestação de serviço, os servidores da Guarda Civil Municipal receberão um adicional de 50% (cinquenta por cento) calculado sobre o vencimento base, o qual não será incorporado para qualquer efeito.

Parágrafo único. No adicional instituído pelo "caput" deste artigo está compreendido a incidência do disposto no art. 104 da lei Complementar nº 015, de 28 de maio de 1.992, o Estatuto dos Servidores Públicos, do art. 7º, XVI e XXIII da Constituição Federal, e do art. 21, §2º, alíneas "a", "b", "c" e "d" desta lei complementar.

Art. 26. Fica autorizado o Poder Executivo a instituir e regulamentar, por decreto, uma Gratificação de Atividade e Produtividade (G.A.P.) aos servidores da Guarda Civil Municipal no valor de 10% (dez por cento) à 100% (cem por cento) calculada sobre o vencimento base do servidor, sem que seja incorporada para qualquer efeito.

CLAUSULA - DO AUMENTO DO PERCENTUAL DO GAP:



SINDICATO PRAIA GRANDE

SINDICATO DOS TRABALHADORES MUNICIPAIS
DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Como o GAP é destinado pagamento da Produtividade, e no ultimo ano houve um aumento significativo na quantidade de moradores e de turistas, o que demandou a necessidade de implementação de atuação mais ostensiva de toda a guarda municipal em todo o município de Praia Grande, requer a concessão do aumento do percentual do GAP para 50% (cinquenta por cento), percentual idêntico ao percentual do RET.

Art. 26. Fica autorizado o Poder Executivo a instituir e regulamentar, por decreto, uma Gratificação de Atividade e Produtividade (G.A.P.) aos servidores da Guarda Civil Municipal no valor de 10% (dez por cento) à 100% (cem por cento) calculada sobre o vencimento base do servidor, sem que seja incorporada para qualquer efeito.

Adriano Roberto L. da Silva
Presidente

CLAUSULA - DA CONCESSAO DO VALE REFEIÇÃO NO PLANTÃO EXTRA

Este pedido foi objeto da pauta de reivindicação e visa a implementação do pagamento de direito que não vem sendo concedido, evitando o ajuizamento de ação em defesa dos interesses dos trabalhadores integrantes da categoria profissional, requer o deferimento deste pedido, conforme abaixo:

Art. 27. O Poder Executivo poderá, de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras:

b) vale refeição aos servidores que estiverem cumprindo



SINDICATO PRAIA GRANDE

SINDICATO DOS TRABALHADORES MUNICIPAIS
DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

jornada especial de trabalho, limitado a 1 (um) vale refeição por plantão, incluído o plantão extra ou excepcional.

CLAUSULA - DA INTEGRAÇÃO DO ADICIONAL NOTURNO, INSALUBRIDADE E HORAS EXTRAS NO CÁLCULO DO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO (QUINQUÊNIO) E "SEXTA PARTE"

Este pedido foi objeto da pauta de reivindicação, visando a implementação imediata da INTEGRAÇÃO DO ADICIONAL NOTURNO, INSALUBRIDADE E HORAS EXTRAS NO CÁLCULO DO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO (QUINQUÊNIO) E "SEXTA PARTE", evitando o ajuizamento de ação em defesa dos interesses dos trabalhadores integrantes da categoria profissional, requer o deferimento deste pedido, conforme fundamentação abaixo:

O ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO (QUINQUÊNIO) vem instituído no artigo 109, da lei complementar nº. 15/1992, no qual dispõe que será concedido ao servidor público que completar cada período de cinco anos contínuos ou não, calculados em 5% sobre o vencimento ou remuneração incorporando para todos os efeitos legais.

Adriano Roberto de Silva
Presidente

De igual modo, no artigo 112, instituiu a SEXTA PARTE para o servidor que completar 20 anos de efetivo exercício, tendo este direito ao recebimento de quantia equivalente à sexta parte do seu **vencimento ou remuneração**.

Não obstante os referidos dispositivos legais determinaram que os referidos adicionais devam ser calculados sobre o vencimento ou remuneração, os servidores somente tem recebido sobre o seu salário base.



**SINDICATO
PRAIA GRANDE**

SINDICATO DOS TRABALHADORES MUNICIPAIS
DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Nesse sentido, incorreto tem sido o cálculo do pagamento do quinquênio e da sexta parte, posto que tem sido efetuado o pagamento sobre o salário base e não a remuneração, ou seja não tendo sido efetuada a integração do adicional noturno, do adicional de insalubridade e da hora extra no computo do cálculo para pagamento do quinquênio e da sexta parte, o que afronta à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, e contra a literalidade da legislação conforme abaixo:

*RECURSO. Extraordinário. Inadmissibilidade. Servidor público. Vencimentos. Teto Remuneratório. Cálculo do adicional por tempo de serviço sobre a totalidade da remuneração. Agravo regimental improvido. **O cálculo do adicional por tempo de serviço incide sobre a totalidade da remuneração.** (Processo: AI-AgR 281697-SC Orgão Julgador: Segunda Turma Partes: ESTADO DE SANTA CATARINA, PGE-SC - LORENO WEISSEHEIMER, OSNY BITTENCOURT BATISTA E OUTROS, ILDEMAR EGGER E OUTRO Publicação: DJ 06-10- 2006 PP-00056 EMENT VOL-02250-04 PP-00767 Julgamento 12 de Setembro de 2006 Relator: CEZAR PELUSO).*

*Roberto J. da Silva
Presidente*

CLAUSULA - DA INTEGRAÇÃO DO GAP E DO RET NO CÁLCULO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, HORAS EXTRAS, ADICIONAL NOTURNO, PLANTÃO EXTRA, ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO (QUINQUÊNIO) E "SEXTA PARTE

Este pedido foi objeto da pauta de reivindicação, visando a implementação imediata da INTEGRAÇÃO DO GAP E DO RET **NO CÁLCULO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, HORAS EXTRAS, ADICIONAL**



**SINDICATO
PRAIA GRANDE**

SINDICATO DOS TRABALHADORES MUNICIPAIS
DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

NOTURNO, PLANTÃO EXTRA, ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO (QUINQUÊNIO) E "SEXTA PARTE, evitando o ajuizamento de ação em defesa dos interesses dos trabalhadores integrantes da categoria profissional, requer o deferimento deste pedido, conforme fundamentação abaixo:

O GAP trata-se de vantagem genérica paga com habitualidade a todos os guardas municipais prevista no artigo 26 da lei complementar nº. 602/2011.

Assim compõe na remuneração, razão pela qual deve ser incluída **NO CÁLCULO DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE, HORAS EXTRAS, ADICIONAL NOTURNO, PLANTÃO EXTRA, ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO (QUINQUÊNIO) E "SEXTA PARTE.**

Por outro lado isso não significa que possa ser incorporado: não se confunde a incorporação de uma vantagem patrimonial com o seu pagamento indistinto a toda uma categoria.

Neste sentido tem sido o entendimento do Tribunal de Justiça, inclusive desta 10ª Câmara de Direito Público, envolvendo guardas civis metropolitanos de Praia Grande:

"EMENTA: 1. Servidor público do Município de Praia Grande ocupante do cargo de Guarda Civil Municipal Pedido de percepção de (i) adicional de periculosidade/insalubridade, (ii) integração de RET (remuneração por jornada especial de trabalho) aos plantões extras, (iii) retribuição de feriados e domingos em dobro, (iv) vale refeição, e (v) incorporação da gratificação de atividade ou produtividade para fins de pagamento de 13º salário e férias. Pretensão parcialmente acolhida Ausência de previsão legal para recebimento de



SINDICATO PRAIA GRANDE

SINDICATO DOS TRABALHADORES MUNICIPAIS
DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

adicional de periculosidade/insalubridade - RET (remuneração por jornada especial de trabalho) que abrange expressamente o adicional de periculosidade/insalubridade, bem como o trabalho em jornada diferenciada, com períodos de folga de 36 horas entre os dias trabalhados, além dos plantões extraordinários, em caso de necessidade Sábados, domingos e feriados que são considerados dias normais de trabalho em regime de revezamento Vale refeição Recebimento Descabimento Ato administrativo discricionário que depende das disponibilidades econômicas do Município (artigo 27, inciso II, da Lei Complementar Municipal nº. 602/11) Cálculo da gratificação de atividade ou produtividade, para fins de pagamento de 13º salário e adicional de férias Possibilidade - Vantagem que é paga de forma indistinta e habitual para os servidores públicos municipais durante todo o ano Precedentes - Lei Federal nº. 11.960/09 - Encargos legais (juros e correção) que devem incidir de acordo com as diretrizes traçadas pelo E. STJ no julgamento do RESP nº. 1.270.439/PR - Procedência parcial da ação Reforma da sentença, em parte. 2. Recurso do autor não provido, ficando parcialmente provido o recurso do Município". (Apelação nº 1005479-25.2016.8.26.0477, 12ª Câmara de Direito Público, rel. Des. OSVALDO DE OLIVEIRA, julgada em 13.12.2017).

"EMENTA: Ação de rito ordinário movida por Guarda Civil Municipal de Praia Grande, que cumpre jornada de trabalho em regime de revezamento (12x36 horas), objetivando: a) o recebimento de adicional de insalubridade e/ou de periculosidade; b) a incorporação da gratificação de atividade



SINDICATO PRAIA GRANDE

SINDICATO DOS TRABALHADORES MUNICIPAIS
DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

ou produtividade GAP para fins de pagamento do décimo terceiro salário e adicionais; c) a integração da gratificação paga a título de "RET", por regime especial de trabalho, nos plantões extras, com seus reflexos; d) o pagamento dos domingos e feriados em dobro, com adicional de 100% (cem por cento) sobre as horas trabalhadas; e) o pagamento de vale-refeição; e f) o enquadramento no plano de carreira vertical, por possuir ensino superior. Sentença que determinou tão somente a incorporação da GAP ao décimo terceiro salário e ao adicional de férias, condenando a Municipalidade ao pagamento das diferenças, observada a data em que a LC nº 602/11 entrou em vigor. Recursos de ambas as partes. Cerceamento de defesa. Inocorrência. Autor submetido a regime de trabalho especial estabelecido em lei municipal (LC nº 602, de 9.12.2011), já

recebendo gratificação que engloba o exercício de atividade perigosa. Lide bem dirimida pela r. sentença, que subsiste por seus fundamentos. Recursos oficial, considerado interposto, e voluntários improvidos.(...) Como bem assinalou o MM. Juiz sentenciante: 'Já no que se refere ao pagamento do 13º salário e do adicional de férias acrescidos da gratificação de atividade e produtividade - GAP, o autor tem razão. Isto porque o benefício é pago de forma indistinta e habitual durante todo o ano e, mesmo não podendo ser incorporado aos vencimentos para quaisquer finalidades, deve ser pago junto com o 13º salário e adicional de férias, até porque não se trata de incorporação, mas somente do pagamento do benefício juntamente com os vencimentos do servidor' (fls.

*Arifano Roberto L. da Silva
Presidente*



SINDICATO PRAIA GRANDE

SINDICATO DOS TRABALHADORES MUNICIPAIS
DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

356)".(Apelação nº 1009315-06.2016.8.26.0477, 11ª Câmara de Direito Público, rel. Des. AROLDO VIOTTI, julgada em 26.9.2017).

"EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL Ação ordinária - Guardas Civis Municipais Pretensão ao recebimento de adicional de periculosidade, indenização pelo desrespeito ao horário se almoço e descanso, pagamento da GAP, dentre outros Sentença que parcial procedência, que reconheceu o direito para que seja computada a GAP no 13º e férias - Preliminar de cerceamento de defesa afastada a

Atividade desenvolvida pelos autores não permite horário fixo, notadamente no que tange ao período de descanso e alimentação. Compensação por meio de pagamento de 50% sobre o valor do salário base. Servidor Público submetido ao regime estatutário, de modo que inaplicável a CLT - Gratificação por Atividade e Produtividade que deve ser paga juntamente com o 13º salário e férias - Sentença de parcial procedência mantida. Recursos desprovidos". (Apelação nº 1009439-86.2016.8.26.0477, 7ª Câmara de Direito Público, rel. Des. EDUARDO GOUVÊA, julgada em 18.9.2017).

"EMENTA: Ação de cobrança. Guarda Civil Municipal. Praia Grande. Pretensão de receber adicionais de periculosidade e insalubridade, indenização pelo desrespeito ao horário de almoço e descanso e pagamento da Gratificação de Atividade e Produtividade juntamente com o 13º salário. Ausência de previsão em lei municipal para pagamento de adicionais de insalubridade e periculosidade. Previsão da Lei nº. 12740/12 que não se aplica ao autor, cujo regime é estatutário.

Adriano Roberto da Silva
Presidente



SINDICATO PRAIA GRANDE

SINDICATO DOS TRABALHADORES MUNICIPAIS
DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Indenização por intervalo intrajornada durante escalas extraordinárias. Descabimento. Atividade desenvolvida pelo autor que não permite horário fixo, notadamente no que se refere ao período de descanso e alimentação. Compensação por meio de gratificação de 50% sobre o valor do salário base. Gratificação por Atividade e Produtividade que deve ser paga juntamente com o 13º salário, o que não importa incorporação para os fins legais. Apelações não providas". (Apelação nº 1004706-48.2014.8.26.0477, 10ª Câmara de Direito Público, rel. Des. ANTONIO CELSO AGUILAR CORTEZ, julgada em 1.8.2016)

Da mesma forma que o GAP é verba habitual, com nítida natureza jurídica salarial, o **RET** é verba habitual, com nítida natureza jurídica salarial, visto que **trata-se de verba decorrente da natureza da atividade e da forma da prestação de serviço, devendo portanto repercutir nas demais verbas, PLANTÃO EXTRA, ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO (QUINQUÊNIO) E "SEXTA PARTE**, diante dos termos do enunciado de Súmula nº. 207 do Supremo Tribunal Federal.

Ocorre todavia que o GAP e o RET tem sido pagos sobre o vencimento base e não sobre a remuneração afrontando farta jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e legislação pertinente.

RECURSO. Extraordinário. Inadmissibilidade. Servidor público. Vencimentos. Teto Remuneratório. Cálculo do adicional por tempo de serviço sobre a totalidade da remuneração. Agravo regimental improvido. **O cálculo do adicional por tempo de serviço incide sobre a totalidade da remuneração.** (Processo: AI-AgR 281697-SC Orgão Julgador: Segunda

Alcino Roberto
Presidente



SINDICATO PRAIA GRANDE

SINDICATO DOS TRABALHADORES MUNICIPAIS
DA ESTÂNCIA BALNEÁRIA DE PRAIA GRANDE

Turma Partes: ESTADO DE SANTA CATARINA, PGE-SC -
LORENO WEISSEHEIMER, OSNY BITTENCOURT BATISTA E
OUTROS, ILDEMAR EGGER E OUTRO Publicação: DJ 06-10-
2006 PP-00056 EMENT VOL- 02250-04 PP-00767
Julgamento12 de Setembro de 2006 Relator: CEZAR
PELUSO).

CLAUSULA : CAPACITAÇÃO E CURSO PROFISSIONANTE:

Para o desempenho das atividades e com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO requer a disponibilização de cursos de formação inicial e continuada de profissionalização voltados a especialização nos cargos e funções desempenhadas sejam realizados nos dias de trabalho, sendo terminantemente vedada a convocação e a participação em curso de capacitação e curso profissional nos dias destinados a folgas semanais.

Aproveitando o ensejo, renovo meus protestos de estima e consideração.

Sem mais.


SINDICATO DOS TRABALHADORES MUNICIPAIS DA ESTANCIA

BALNEARIA DE PRAIA GRANDE

ADRIANO ROBERTO LOPES DA SILVA

Presidente

SINDICATO DOS TRABALHADORES MUNICIPAIS DA ESTANCIA

BALNEARIA DE PRAIA GRANDE

CARLA COSTA DA SILVA MAZZEO

Departamento Jurídico

Sindicato dos Trabalhadores Municipais da Estância Balneária de Praia Grande
Av. Brasil, 600 - 9º andar - Boqueirão - Praia Grande/SP - CEP 11701-090
Tel.: (13) 3499.1300 - E-mail: presidente@sindicatopraia grande.org.br
Website: www.sindicatopraia grande.org